

HISTÓRIA DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CORDEIRO, Marlon

BRESSAN, Gustavo

VIEIRA, Renan Luigi Rossoni

BARAUSSE, Veridiana Aparecida

RIBAS, Reginaldo

RESUMO

Presente trabalho apresenta uma parte da história que envolve a sustentabilidade ambiental Brasileira e Internacional, abordamos a constituição e as diversas leis que protegem o nosso meio ambiente do país, inicialmente com o conceito, abordamos pela preocupação como meio ambiente e passando por algumas conferencias que abordam esse assunto, os resultados obtidos, e os órgãos que fazem a fiscalização do mesmo.

Palavras-chave: História, Leis, Preocupação.

ABSTRACT

This paper presents a part of the history that involves the Brazilian and International environmental sustainability. We approach the constitution and the several laws that protect our environment in the country, initially with the concept, we approach the concern as environment and going through some conferences that address this matter, the results obtained, and the agencies that supervise it.

Key words: History, Laws, Concern.

INTRODUÇÃO

De acordo com o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.”

Com o “direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado” previsto na nossa constituição, podemos dar início ao conceito de Sustentabilidade, onde, Canotilho (2010, p. 7) entende como sendo ora dever, ora princípio. “É um princípio aberto carecido de concretização conformadora e que não transporta soluções prontas, vivendo de ponderações e de decisões problemáticas” (2010, p. 8). Desse modo, reconhece que o princípio da sustentabilidade não aborda somente um sentido jurídico, diferenciando, então, em conteúdo ecológico (restrito) e conteúdo amplo, que acolhe temáticas econômicas, ambientais e sociais (2010, p. 9).

A sociedade sempre interagiu com a natureza e conseqüentemente, gerando a sustentabilidade, horas com resultados bons, como, resultados ruins para o meio ambiente.

No decorrer deste artigo poderemos ver que desde a época da Revolução Industrial se iniciou as preocupações com o meio ambiente, pois , a sociedade começou a perceber que a sustentabilidade estava sendo afetada.

Com isso, se iniciou as conferencias e os tratados internacionais, para tentar reverter ao máximo os desastres ambientais que foram cometidos e evitar os próximos que poderão ocorrer no futuro.

1. Sustentabilidade

O vocabulário sustentável vem de origem alemã, da palavra “Natchhaltend” ou Nachhaltig” que possui o significado de longevidade, sendo observado pela primeira vez na obra Lyra de Carlowitz, em 1713. (HOFER, 2009).

O dicionário latim define o termo sustentável como: manter, defender, assumir, apoiar, entre outros. Porém a inclusão de sustentável no dicionário norte-americano ocorreu em 1987 (NEWTON e FREYFOGLE, 2005) após o Relatório de Brundtland, cuja seu objetivo era promover uma série de medidas a serem tomadas pelos países com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável.

2. O início da preocupação com o meio ambiente

O Homem sempre interagiu com a natureza, e por anos as empresas usufruíram dos recursos naturais de forma excessiva visando o consumo. Porém a partir da Revolução Industrial que começou a preocupação com o meio ambiente ficou mais intensa. Visando que a Revolução Industrial é dividida em três partes, sendo a primeira parte no início do século XVIII, na Inglaterra, a segunda parte em meados de XIX e XX, a chamada Revolução Tecnológica nos Estados Unidos da América e a terceira parte no século XX com a Revolução Digital que teve início na década de 1970 e se estende até os dias de hoje.

Os impactos causados pela Revolução Industrial da primeira e segunda parte foram os mais devastadores, já que a sociedade da época não achava era necessário se preocupar pois a poluição era tida como controlável pela própria natureza, foi nesse período que houve a abertura de buracos na camada de ozônio, derretimentos das geleiras, variações climáticas, poluição do solo e de recursos hídricos, entre outros.

Segundo Andrade, Tachizawa e Carvalho, o movimento ambientalista teve seu início no século XX com a Conferência Científica da ONU sobre a Conservação e Utilização de Recursos, em 1949, e com a Conferência sobre Biosfera, que aconteceu em Paris, em 1986. Entretanto, o grande passo para a consciência ecológica mundial foi o Clube de Roma, publicando o Relatório Limites do Crescimento, e a Conferência de Estocolmo, em 1972, cuja essência

era conscientizar os países sobre a importância da conservação ambiental para a manutenção da espécie humana.

3. Conferências

No ano de 1968, houve uma reunião com um grupo de 30 pessoas de países diferentes, composta por educadores, cientistas, humanistas, economistas funcionários públicos de níveis nacionais e internacionais, cuja o intuito era discutir os problemas que a humanidade estava vivendo (Meadows, 1972).

Tal reunião ficou conhecida como Clube de Roma, uma organização informal que tinha como objetivo promover o entendimento dos itens mais variáveis, porém dependentes entre si, como a economia, a política, a natureza, a sociedade, chamando a atenção dos chefes de estados e daqueles que possam tomar decisões a alcance global. Foi nesta reunião que cada participante se comprometeu a sensibilizar os líderes mundiais e os tomadores de decisão sobre as questões ambientais no sentido das consequências a longo prazo, pois os recursos naturais estavam sendo utilizados de forma indiscriminada, como se os mesmos não fossem finitos. (Meadows, 1972).

Os relatórios do Clube de Roma, divulgam o pessimismo sobre as possibilidades de a Terra sustentar o crescimento econômico. O mais famoso destes relatórios é o “Limites do Crescimento”, publicado na crise do petróleo, em 1970 (Barbieri, 2004).

Os autores do relatório afirmam que caso não haja uma mudança significativa nas relações físicas, econômicas e sociais, no próximo século (XXI) a produção irá diminuir devido a diminuição de recursos e a população terá uma elevada taxa de mortalidade devido à diminuição de alimentos e de serviços médicos.

Tal relatório causou um grande alarme em termo mundial sobre a sustentabilidade das ações humanas até então, causando assim a diferenciação entre crescimento e desenvolvimento econômico, servindo de debate para a Conferência de Estocolmo (Frey, Camargo, 2003).

A I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo em 1972, conhecida como Conferência de Estocolmo,

reconheceu a importância de um gerenciamento ambiental, utilizando, assim, uma avaliação ambiental como ferramenta de gestão e simbolizou um passo para o desenvolvimento de um conceito de desenvolvimento sustentável (Mebratu, 1998).

A Conferência de Estocolmo deu enfoque na necessidade de tomar medidas efetivas para controlar os fatores que causam degradação ambiental. Barbieri (2004) diz que apesar das divergências entre os países, o encontro teve avanços positivos, dentre eles a aprovação da Declaração Sobre o Ambiente Humano, que é um plano de ação constituído de cento e dez recomendações. Sua contribuição foi de fundamental importância para gerar um novo entendimento sobre os problemas ambientais, uma de suas principais contribuições foi colocar em pauta a relação do meio ambiente e o desenvolvimento de maneira que não seria mais possível tratar profundamente de desenvolvimento sem considerar o meio ambiente e vice-versa (Barbieri, 2004).

Após a I Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1972, houve a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente em 1992, realizada na cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como Rio-92.

A Rio-92 representou o primeiro grande passo de um longo processo de entendimento entre as nações sobre medidas conservadoras para o meio ambiente, tendo em vista reconciliar as atividades econômicas com a necessidade de proteger o planeta, assegurando, assim, um futuro sustentável para todos os povos (Jacobi, P 1999).

O evento contou com a participação de 178 países, aprovando documentos importantes para com relação aos problemas socioambientais globais como por exemplo a Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Convenção sobre Mudanças Climáticas, A Convenção da Biodiversidade e a Agenda 21 (principal documento produzido) (Barbieri, 2004).

A Agenda 21, apresentou recomendações específicas para diferentes níveis de atuação, do internacional ao organizacional (empresas, ONG's, instituições de ensino e pesquisa, sindicatos, etc.) sobre assentamentos humanos, erradicação da pobreza, desertificação, água doce, oceanos, atmosfera, poluição e outras questões socioambientais (Barbieri, 2004).

Sendo assim, a Rio-92 deixou um legado importante, levando o conceito de desenvolvimento sustentável para todos os hemisférios, salientando da importância do cuidado com o meio ambiente (Mebratu 1998).

Em 1997, após a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente, foi realizado e aprovado o Protocolo de Kyoto. Cujas o objetivo era de reduzir as emissões dos seis gases que provocam o efeito estufa (dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hidrofluorcarbono, perfluorcarbono e o hexafluorcarbono de enxofre) na atmosfera em média de 5,2% no período entre os anos de 2008 e 2012.

Três mecanismos para auxiliar os países a cumprirem suas metas ambientais foram propostas. O primeiro estabelece parcerias entre países na criação de projetos ambientais. O segundo dá direito a países desenvolvidos de comprarem “créditos” diretamente das nações que poluem pouco, e por fim o terceiro é a criação de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), conhecido como mercado de créditos de carbono.

O Protocolo de Kyoto significou um grande avanço nos termos de gestão ambiental, por ter criado mecanismos importantes para fixar metas que possam ajudar o meio ambiente (Barbieri, 2004).

Já em 2002, houve a Conferência sobre o Desenvolvimento Sustentável, também chamada de Rio+10, realizada em Johannesburgo, na África do Sul, o objetivo desse evento foi de avaliar o progresso dos acordos estabelecidos na Rio-92, acordos firmados pela Agenda 21.

Sua intenção não só era de renovar os votos firmados entre os países e avaliar os avanços, e assim, traçar meios de alcançar os objetivos definidos na Rio-92, mas também de incluir e discutir sobre aspectos sociais e de qualidade de vida das pessoas.

A Rio+10 reforçou a procura de novos meios de cooperação entre as nações para lidar com problemas ambientais globais como poluição, mudanças climáticas, destruição da camada de ozônio, uso e gestão dos recursos marinhos e de água doce, desmatamento, desertificação e degradação do solo, resíduos perigosos, entre outros.

* <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/207993.pdf>> Acessado 31 de maio de 2019.

* <<https://www.todamateria.com.br/rio-10/>> Acessado 31 de maio de 2019.

O documento mais importante criado durante a Rio+10 foi a Declaração de Johannesburgo, onde as nações reafirmaram o seu compromisso com as metas estabelecidas pela Agenda 21.

Dez anos se passaram, e em 2012 ocorreu a Rio+20, que aconteceu no Rio de Janeiro, cuja o principal tema foi a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável (Moraes, Paula Louredo).

Neste evento, os líderes de cada nação fizeram um balanço geral de tudo o que foi realizado nos últimos vinte anos, renovaram o compromisso mundial com o desenvolvimento sustentável, avaliaram as lacunas existentes para o cumprimento dos acordos, abordaram os novos desafios e discutiram novas formas de recuperar os estragos já feitos ao planeta (Moraes, Paula Louredo).

Uma das grandes discussões da conferência foi o papel de uma instância global capaz de unir metas de preservação do meio ambiente com necessidades de progresso econômico, ou seja, progredir sem agredir o meio ambiente (Moraes, Paula Louredo).

Segundo o discurso do embaixador André Correa do Lago, diretor do departamento do meio ambiente do Ministério das Relações Exteriores e negociador-chefe do Brasil na Rio+20, a diminuição do impacto da humanidade na Terra não é somente de responsabilidade dos governantes, mas também da população, afinal todas as atitudes do dia a dia refletem de alguma forma no meio ambiente e, por consequência, na vida da população (Moraes, Paula Louredo).

CONCLUSÃO

O presente artigo inicia-se com a contextualização dos conceitos de sustentabilidade, partindo para o início das preocupações com o meio ambiente que surgiu desde a época da Revolução Industrial, onde podemos ver que houve um grande avanço a partir deste período. A população começou a se preocupar com o que seria o futuro da nossa sociedade através desses movimentos, chegando a conclusão de que os homens sempre usufruirão da natureza e em troca, houve aberturas de buracos na camada de ozônio, derretimento de geleiras, variações climáticas, entre outros processos que só prejudicaram o meio ambiente.

Com o passar do tempo começou a surgir as conferencias para intervir nas ações que as empresas estavam causando no meio ambiente, ao longo de várias reuniões chegaram a conclusão de que havia a importância de um gerenciamento ambiental, onde pessoas responsáveis iriam cuidar do planeta, deixando assim, um planeta sustentável.

A nossa constituição também interviu para o bem dessa ação em prol o meio ambiente e a sustentabilidade, defendendo isso no seu Artigo 225, onde descrevemos ele neste artigo.

Diante do contexto social, econômico e ecológico que vivenciamos, a questão da aplicação do paradigma do desenvolvimento sustentável dentro deste, aliado com a educação ambiental, são os principais desafios da modernidade no que diz respeito a preservação ambiental, para tanto, é necessária uma modificação na postura social que deve partir de cada integrante desta sociedade, no sentido de tomar uma postura mais realista e integrada a questão ambiental, e firmar um compromisso de modo a asseguramos para as futuras gerações um meio ambiente sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; CARVALHO, A. B. (2000) - Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books.

MEADOWS, D. H.; MEADOWS, D.; RANDERS, J.; BEHRENS, W. W. (1972) - Limites do Crescimento. 1.ed. São Paulo: Perspectiva.

BARBIERI, J. C. (2004) - Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 1.ed. São Paulo: Saraiva.

MEBRATU, D. (1998) - Sustainability and Sustainable Development: Historical and Conceptual Review. Environmental Impact Assessment Review, v. 18, p. 493-520.

JACOBI, P. (1999) – Meio Ambiente e Sustentabilidade. Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente, São Paulo.

HOFER, R. History of the Sustainability Concept – Renaissance of Renewable Resources. In: HOFER, R. Sustainable Solutions for Modern Economies. Londres: Royal Society of Chemistry, 2009

NEWTON, J. L.; FREYFOGLE, E. T. Sustainability: a dissent. Conservation Biology, v. 19, n. 1, p. 23-32, 2005.

SITES

<<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/arquivos-pdf/pdf/207993.pdf>>.

Acessado 31 de junho de 19.

<<https://www.todamateria.com.br/rio-10/>>. Acessado 31 de maio de 19.

MORAES, Paula Louredo. "Rio+20"; *Brasil Escola*. Disponível em:

<<https://brasilecola.uol.com.br/biologia/rio-20.htm>>. Acesso em 07 de maio de 2019.

<<https://www.inbs.com.br/9-principais-leis-ambientais-brasileiras/>>. Acessado 10/06/19.

<<https://www.greenpeace.org/brasil/o-crime-da-vale-em-brumadinho/> >.

Acessado 15/06/2019.

<<https://www.wwf.org.br/?69522/Ruptura-de-barragem-em-Brumadinho-causou-perda-de-125-hectares-de-florestas>>. Acessado 15/06/2019.

<<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/credibilidade-jogada-na-lama/>>.
Acessado 15/06/2019.

<<https://istoe.com.br/brumadinho-presos-dizem-que-diretores-da-vale-sabiam-de-risco/>>. Acessado 15/06/2019.